

DELINQUÊNCIA JUVENIL

Marissol Labanca de Medonça

Estudante do Terceiro Semestre de Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ailson Pinbão de Oliveira

Graduado em Filosofia e especialista em Psicopedagogia.

Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC .

Mestrando em Cultura e Turismo, convênio UESC/UFBA.

1. INTRODUÇÃO

O Estado não responde satisfatoriamente às exigências da família e da sociedade, haja vista que os programas instituídos, como amparo legal no sentido de proteger o infante-juvenil, só caminharão na sua plenitude quando deixar de haver falhas por seus responsáveis, na consecução do bem público, priorizando uma política que atenda prioritariamente à criança e ao adolescente. As crianças e adolescentes à margem de uma sociedade eivada de compromissos, às vezes relegada a segundo plano, diferenciadas em seus potenciais de vida, culminando naquela interpretação errônea que, em vez de se procurar conhecer a fundamentação legal desse dispositivo, interpretando-o de forma coesa, algumas pessoas em condições supremas pensam em superá-lo, deixando de aplicá-lo como força impulsionadora do bem-estar e de credibilidade nos problemas voltados entre a criança, o adolescente e a lei. O Estado é a organização jurídica e política da nação por isso, a vida em sociedade é determinada através da ação em conjunto e na proteção contra efeitos negativos de comportamento, e organização em grupo. Estamos diante da cooperação racional e o conflito, administrar a questão é tarefa essencial à organização estatal na bus-

ca do bem comum, a concretização dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, através dos programas de proteção sócio-educativos. Mister se faz dizer que a razão primeira que faz o homem unir-se em sociedade é a preservação da vida, da liberdade e da segurança.

O sentido da organização do Estatuto está inserindo no texto legal as medidas sócio-educativas, e deverá ser cumpridas. O que se observa é a falta de interpretação pela polícia judiciária e pela magistratura que levam ao não cumprimento e à falta da não aplicabilidade de sanções punitivas ao adolescente, invocando a deficiência da lei como fator propulsor da delinquência juvenil.

Certamente, dizer das imperfeições da lei não é tarefa meramente acadêmica reservada às abstrações intelectuais; ao contrário, trata-se de ponto fundamental à nossa sensibilidade e ao nosso papel social. Quando o adolescente é levado a delinquir, não é porque a lei seja imperfeita, benéfica e estimuladora, mais sim pela falta de compromisso do homem pelo bem-estar social.

O artigo 5º da Constituição é taxativo quando elenca os direitos das crianças e dos adolescentes, os quais são os mesmos de toda e qualquer pessoa, e o ato infracional cometido pelo adolescente tem que ser considerado como conduta típica, prevista na lei, devendo ser processado com observância a todas as garantias a que o próprio Estatuto denomina “devido processo legal”.

O que se pretende é que o estado abra espaço para o cumprimento da lei, superando os óbices que, por imperativos, negligenciam, deixando de ser cumpridos, conflitando a relação dos homens em sociedade, impedindo a conquista do Bem Comum. Afinal, cumprir a lei é dever de todos e obrigação do Estado.

Este estudo teve como objetivo verificar se o Estado, enquanto aplicador da lei, é beneficiador e causador da delinquência juvenil.

Com base em estudos sobre a análise histórica do Estatuto da Criança e do Adolescente e da diferença entre os termos “criança” e “adolescente” apresentou-se o papel do responsabilidade do Estado em relação à delinquência juvenil.

2. VISÃO HISTÓRICA

A criminalidade infanto juvenil já assinalava diferenças no tratamento aos menores de vinte e um anos de idade, em 1830. O Código Penal Brasileiro, portanto, não via aqui a criminalidade como um fato novo isolado. Algumas teorias foram lançadas, porém, a teoria do discernimento, se assim podemos dizer, determinava que o menor de quatorze anos que conflitasse com a lei, seria por determinação judicial custodiado à Casa de Correção; todavia, esta medida dava ao infrator a possibilidade de permanência até os dezessete anos de idade; por outro lado, a esses menores, a aplicabilidade da pena de cumplicidade, ou seja, 2/3 da pena corrida a adultos e, aqueles entre dezessete e vinte e um anos de idade eram favorecidos com ténue.

Em 1890, com a publicação do Código da República, esse trouxe em seu bojo aquilo que os legisladores chamaram de “irresponsabilidade de pleno direito” a menores de nove anos, quanto aos maiores de nove anos e menores de quatorze anos, que na prática da infração penal as fizessem com discernimento, fossem recolhidos a estabelecimento industrial, cuja norma estava na conveniência do magistrado até os dezessete anos; foi imposto como obrigatoriedade o castigo de “cumplicidade” aos maiores de quatorze anos e menores de dezessete e manteve ténue da maioridade.

Nota-se que as legislações não tinham nenhum dispositivo de propostas sócio-educativas, pois a falta destas implicava no “cumprimento da pena” aos menores em presídios; portanto, como se vê estas legislações (1830/1890) apenas abraçavam o instituto da repressão, despido de medidas educativas. Já nos idos de 1899, foi criado nos Estados Unidos da América - EUA o primeiro e único Tribunal de Menores, que serviu de modelo a toda a Europa.

O Brasil deu uma guinada nos idos de 1924, quando foi instalado na Cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Juizado de Menores, sob a presidência do eminente Dr. José Cândido Albuquerque Mello Matos, criador do primeiro Código de Menores, conforme Decreto nº 17.943 A, de 12/10/1927. A preocupação maior do eminente foi olhar a situação social, moral e econômica de seus responsáveis. Em decorrência de uma situação nova, sua excelência adequou aos estabelecimentos destinados a proteger crianças necessitadas e transgressoras. Este Decreto teve vigência até 1979, quando foi revogado pelo Código de Menores, dando nova interpretação, pondo o menor em situação irregular. Mas todos os países, incluindo o Brasil, o mundo já havia aberto as portas para a Proteção Integral ao Menor contida na Declaração Universal sobre os Direitos da Criança e tantos outros documentos se expandiram com os mesmos objetivos.

O que vem a ser situação irregular? Entendemos que se trata de um desvio de conduta, levando o menor à delinqüência mais genérica; para tanto foram, definidas situações que autorizam a atuação da autoridade judiciária, resumindo-se posteriormente na prática de infração penal e de cunho grave as inaptações familiar e social. Essas situações davam ao juiz a condição do recolhimento desses menores até completarem vinte e um anos. O ser anti-social e com desvio de conduta, embora incapazes e relativamente capazes, tinham que ser recolhidos como garantia da ordem familiar e comunitária.

A sociedade brasileira não cruzou os braços; no sentido de atender a criança e ao adolescente investindo em movimentos e campanha culturais. O movimento nacional fez com que a Carta Magna de 1988 trouxesse em um de seus artigos a proposta da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança na Organização das Nações Unidas - ONU que descreve:

... é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente absoluta prioridade os direitos concernentes à

*vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*¹

Estendeu-se, também, a criação de programas à saúde, ao trabalho, à escola, igualdade na relação processual e obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento, quando necessária for a aplicação de medidas privativas de liberdade, incentivo à adoção e guarda, proibição de discriminação. Esta Carta Magna de 1988, bem como as demais, definiu a inimputabilidade aos menores de dezoito anos, inclusive pondo-os às normas de lei específica. Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sob a égide da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e sancionada pelo Presidente da República, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, definindo, para efeitos da lei, quem é considerado criança (aquela até os doze anos de idade incompletos) e adolescente (entre doze e dezoito anos de idade), reforçando a teoria da proteção integral, definiu os direitos da criança, deveres dos pais, do Estado e da sociedade.

Houve mudanças gerais em relação ao Código de Menores, pois o que era considerado ato infracional e abandono como desvios de conduta, o Estatuto considera como crime ou contravenção penal.

Portanto, crianças e adolescentes necessitados estão afetos à Assistência Social e adolescentes infratores, à repressão por meio de medidas sócio-educativas.

O Estatuto prevê medidas de repressão ao adolescente infrator, tratando-o com punições em processos imediatos, não acolhendo demandas e, sobretudo, des-caso ao fato.

3. ANÁLISE DA DIFERENCIAÇÃO DOS TERMOS CRIANÇA E ADOLESCENTE

A legislação aplicada às crianças e adolescente era o Código de Menores, o que mais tarde sofreu várias alterações dando mais sustentação à aplicação da norma, vindo a ser substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ormente a palavra “menor” deixou de pertencer à nova legislação em virtude de os legisladores entenderem que era uma prévia condenação, marcando a criança e o adolescente em um mundo de preconceitos. Com qualidades sinônimas, entre elas de “delinqüente” infrator e de acordo com o regionalismo eram cognominados de “pivete”, “trombadinha”.

¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 3ed. Brasília: Revista dos Tribunais 1988. p 141.

Portanto, o termo “menor” foi substituído por criança e adolescente. Com isso, procurou o ECA definir o que seja criança e adolescente e, nesse sentido, alguns autores já definiram a palavra criança como sendo: para Ferreira (1977) “ser humano de pouca idade, menino ou menina; pessoa ingênua”.

Já o entendimento de Silva (1999) sobre a criança é “o indivíduo da espécie humana na infância”; adolescente é “indivíduo na adolescência, que se entende como o período que sucede a infância. Inicia-se com a puberdade e acaba com a maioridade”.

Os termos “criança” e “adolescente” têm criado polêmica no mundo jurídico, assim como em alguns ramos da medicina, não são poucos os autores e juristas, para uns o início da adolescência é aos 12 anos, não quer dizer que deixou de ser criança; todavia, mesmo com a celeridade processual, aos doze anos de idade o adolescente começa a ter a sua personalidade fixada, daí para outros, poderá ser responsabilizado diante de fatos que temerizem a sociedade; em verdade, argüem que a aplicação das medidas sócio-educativas não constitui violência, pois se há lei tem que ser cumprida, embora o próprio Estatuto defina, como sendo medidas sócio-educativas, o que difere das penas cominadas ao adulto.

4. CONCLUSÃO

As legislações anteriores ao estatuto da criança e adolescente não tinham nenhuma proposta sócio-educativa. Com a falta dessas propostas, o menor cumpria pena em presídios junto com outros presos. Isto fez com que a delinquência juvenil aumentasse.

A diferença entre o termo criança e adolescente, com o início da adolescência aos 12 anos, fez com que a criança não cumprisse nenhuma medida sócio-educativa. Isso aumentou também a delinquência juvenil, pois as crianças, mesmo tendo consciência de suas atitudes, ficam impunes.

Destarte, o Estado não é beneficiador do aumento da delinquência juvenil, pois o que faz a delinquência aumentar é a interpretação errônea e a falta de conhecimento do conteúdo desse diploma legal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 1974.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 3. ed. Brasília: Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31.ed. aut. e amp. São Paulo: Saraiva, 2003. 364p. (Legislação).

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei n.º 8.069, de 13-7-1999). 11ed. aum. São Paulo: Saraiva, 2001. 359 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

SILVA, Plácido e. *Vocabulário jurídico*, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, v.1.